



AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NOS MUNICÍPIOS INSERIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO LITORAL SUL DA PARAÍBA

Paulo Sérgio Rachid Aragón, CHÁVEZ¹; Anderson Matheus de Sousa, LIMA²;
Maria Adriana de Freitas Mágero, RIBEIRO³; Gedeão Costa Floriano dos,
SANTOS⁴; Celiane Cabral, BELARMINO⁵

¹Centro Universitário de João Pessoa. Paaulo_058@hotmail.com

²Universidade Estadual da Paraíba. anderson_matheus@msn.com

³Universidade Estadual da Paraíba. drickadefreitas@yahoo.com.br

⁴Centro Universitário de João Pessoa. gedeaocosta@gmail.com

⁵Universidade Estadual da Paraíba. celianecabral1@gmail.com

Tema: Gestão das bacias hidrográficas e impactos nas zonas costeiras

RESUMO

Com o saneamento básico assumindo um papel indispensável no desenvolvimento de um determinado local por sua relação direta com o meio ambiente e saúde pública, medidas mundiais foram tomadas com a finalidade de atingir a universalização desse serviço. É de destaque a definição de saneamento, no qual é sintetizado como um serviço que envolve a água em suas diversas variáveis, compreendendo a distribuição de água, esgotamento sanitário e manejo das águas pluviais e resíduos sólidos. Em 2000, com a criação das Metas do Milênio (ODM), elevou-se o patamar no combate à pobreza no mundo, dando um prazo para as nações envolvidas cumprirem todos os objetivos estabelecidos pelas metas. Em termos nacionais, no ano de 2007, os municípios brasileiros se defrontaram com um novo desafio que trouxe uma mudança na gestão do saneamento básico, transformando sua gestão em apenas prestação de serviços em um sistema de planejamento, regulação, fiscalização e controle social, sendo assim criados os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). O PMSB é obrigatório e deve compreender os quatro serviços do setor, em que tais planos são essenciais para a admissão de serviços, assim como para a arrecadação financeira da União, sua política tem como função proporcionar saúde e qualidade de vida e do meio ambiente. Esse serviço é prioritário, por ser essencial e indispensável na existência de outros serviços. Neste trabalho, foram estudados os conceitos de saneamento básico, assim como dados equivalentes aos números de universalização no Brasil, tendo como objeto de pesquisa, as bacias hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba, mostrando sua importante influência na preservação dos recursos hídricos. E, para o levantamento da pesquisa realizada, este trabalho foi do tipo não probabilístico e as informações foram coletadas de forma a averiguar dados oficiais em órgãos públicos e verificar a existência/disponibilidade de um Plano Municipal de Saneamento Básico nos locais de estudo, através de consulta *online*, contato por telefone e/ou e-mail. Além disso, os objetivos propostos foram elementos de estudo os nove municípios da bacia hidrográfica do litoral sul da Paraíba, norteado por todos os princípios exigidos pela Lei 11.445/07 (Lei Federal de Saneamento básico), com a finalidade de obter informações a respeito da situação do PMSB e analisar apenas os municípios que disponibilizaram o plano, que foram João Pessoa e Pitimbu. Estas duas cidades localizam-se no litoral sul do estado paraibano, estando situadas a partir das respectivas zonas costeiras as quais são pertencentes. Partindo disso, por meio do que foi proposto pelo Plano Nacional de Saneamento Básico,

analisaram-se os itens: Universalidade (A), visando o cumprimento contínuo do acesso ao serviço de saneamento de todos os endereços domiciliários; Integralidade (B), que é a soma de todas as ações e itens de cada serviço de saneamento básico; Diagnóstico (C), sendo a análise das condições atuais do fornecimento do serviço de saneamento básico; Disponibilidade (D), em que objetiva tornar disponível nas áreas urbanas, os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais; Ambiente (E), aspecto que garante a preservação ambiental; Qualidade de vida (F), que é uma política social com a finalidade de proporcionar, especialmente em locais mais dependentes do saneamento, a melhoria da qualidade de vida; Eficiência e sustentabilidade econômica (G), tendo por finalidade cumprir objetivos utilizando de forma mais racional, dinheiro, tempo, materiais e mão de obra; Participação popular (H), como a categoria que inclui participação direta da população nos processos de formulação e implantação do Plano; e Regulação e fiscalização (I), sendo a categoria de análise que visa determinar normas que garantam meios de cumprir as diretrizes descritas na Lei 11.445/07, além de designar entidades de regulação e fiscalização. Desta forma, cada uma das categorias foi avaliada utilizando os critérios: Atendido, ocorrendo sempre que os dados encontrados no PMSB atendem completamente a esta categoria; Parcialmente atendido, uma vez que os dados encontrados no PMSB se encaixam parcialmente nos critérios desta categoria; Não atendido, quando os dados encontrados no PMSB não se encaixam nos critérios desta categoria; e Não disponibilizado, em que os dados do PMSB não podem ser aplicados ou não foram disponibilizados. Foi feito um relato dos resultados encontrados, convergindo para as dificuldades encontradas no atendimento adequado do serviço sanitário nos municípios estudados, assim como suas prováveis soluções propostas pelas competências do plano municipal de saneamento. Logo, para o município de João Pessoa, as classificações A, C, D, E, F, H e I foram avaliadas como Atendidas, a B como Não atendida, e a G como Parcialmente atendida. Já para o município de Pitimbu, as classificações C, E, F e H foram avaliadas como Atendidas, a D como Não atendida, e as A, B, G e I como Parcialmente atendidas. Nos casos dos demais municípios pertencentes as bacias hidrográficas, todas as categorias foram avaliadas como Não disponibilizadas. Apesar dos resultados, para as duas cidades como alvo principal, terem notas satisfatórias, acima do esperado, existem muitos quesitos que podem evoluir e encontrar alternativas para garantir uma qualidade de vida melhor nas cidades. Portanto, é sugerido para os municípios com ausência do PMSB, que se atentem as dificuldades e adversidades encontradas nos planos já existentes, para que possam encontrar alternativas e soluções. Já aos órgãos estaduais, recomenda-se um apoio maior aos municípios, ajudando a enfrentar as dificuldades, porém sem diminuir as responsabilidades municipais. Por fim, para o governo federal, recomenda-se também um maior apoio tanto técnico, como financeiro e uma avaliação do conteúdo mínimo que os planos devem ter para atender a todas as normas.

Palavras-chave: Saneamento básico; Categorias; Bacias hidrográficas; Planos Municipais de Saneamento Básico.